

4

Discurso na cerimônia de lançamento do programa de ações para o fortalecimento da agricultura e reforma agrária

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 19 DE JANEIRO DE 2000

Senhor Ministro da Agricultura, Pratiní de Moraes; Senhor Ministro Interino do Desenvolvimento Agrário, José Abrão; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Governadores; Prefeitos; Líderes; Senadores; Deputados; Empresários; Senhoras e Senhores,

Geralmente, prometo que vou falar pouco e falo muito. Desta vez, falarei pouco, mesmo porque sei que, diante de uma platéia tão numerosa e composta de tantos deputados e senadores, que têm que votar a reforma do Judiciário e a Lei de Responsabilidade Fiscal, mais vale sair correndo e votar do que ouvir as minhas palavras.

Quero agradecer a presença tão numerosa, não só dos senhores membros do governo, como dos parlamentares e dos líderes rurais, e dizer da minha alegria por, mais uma vez, podermos ter oferecido ao país um conjunto de medidas, nesta nova etapa da vida brasileira, em que nós temos condições para crescer com responsabilidade – responsabilidade fiscal – e com muita confiança no futuro deste país.

Os dados que foram aqui apresentados, há pouco, pelo Doutor Marcelo Cordeiro, mostram que a iniciativa tomada por nós, há

dois meses, no Programa Brasil Empreendedor, hoje já é uma realidade. Os números são muito eloqüentes, o que nos animou a seguir adiante com o Brasil Empreendedor na área rural. Tenho certeza de que a resposta será, da mesma maneira, muito rápida e eloqüente.

Há poucos dias assinamos mensagens e tomamos decisões, também significativas, para a melhor utilização dos fundos constitucionais, através do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia, que são instrumentos fundamentais para a distribuição do crédito e para a operação do sistema creditício, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, no que diz respeito às políticas que vão ser cumpridas e, inclusive, no que diz respeito às definições quanto às taxas de juros já aqui mencionadas pelo Doutor Marcelo Cordeiro.

E, agora, vem um conjunto de outras medidas, vale repetir, de grande alcance, diretamente no que diz respeito ao financiamento da agricultura, no que diz respeito à facilidade maior para o acesso ao mercado internacional, no que diz respeito à desburocratização de procedimentos, no Ministério da Agricultura, sob a batuta dinâmica do Ministro Pratini de Moraes, que tem demonstrado esse entusiasmo enorme, que é necessário mesmo para mostrar que o Brasil deve muito à agricultura.

Hoje, como essas medidas são todas nesta área, soma-se também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo Ministro Interino aqui já se expressou e que não tem mais a concepção antiga de simplesmente distribuir terra a quem não tem terra. Hoje, trata-se de fazer com que produzam aqueles que tiveram assento à terra para que não venham a ser, no futuro, clientes rurais do Estado.

Essa é a orientação e, portanto, significa uma complementação enorme entre os dois Ministérios – da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Talvez o que tenha sido mais significativo, do ponto de vista de diretriz do Governo, é o fato mencionado pelo Ministro Pratini, de que tudo isso se faz com a bênção do nosso “bispo das finanças”, o Ministro Pedro Malan, sempre com aquela condicionalidade: desde que o juro seja real – ainda que pequenininho.

Nesta matéria, houve modificações muito importantes no Brasil. Essa nova etapa, de retomada de crescimento do Brasil, depende da

nossa capacidade de gerirmos não apenas a economia, mas o conjunto da sociedade brasileira, de forma a assegurar um clima macroeconômico, mais do que macroeconômico, um clima de estabilidade institucional, de decisão firme, por parte do governo e por parte das instituições como o Congresso Nacional, que assegurem um horizonte de estabilidade para o conjunto das instituições nacionais.

É por este caminho que estamos conseguindo alterar as taxas de juros, de tal maneira que elas não venham a produzir aquilo que não se deseja, quando são reduzidas, ou seja, que não venham a produzir um surto inflacionário.

É com este cuidado, olhando sempre a necessidade da estabilização da moeda mas, ao mesmo tempo, a necessidade da retomada do crescimento, que estamos operando um conjunto de modificações muito grandes na condução da política do Brasil. Esse conjunto começou há algum tempo, talvez até mesmo imposto pelas necessidades de janeiro do ano passado. Mas nem desanimamos nem perdemos tempo.

No decorrer do ano de 1999, reaparelhamos a economia brasileira, de tal maneira que, hoje, estamos convencidos de que essa retomada de crescimento, com a tendência declinante da taxa de juros, com a manutenção permanente da atenção ao controle da inflação, é uma realidade ao alcance da nossa mão.

Para que essa realidade se concretize, a agricultura é fundamental. A exportação também é fundamental. Talvez seja essa ênfase que devemos dar crescentemente às nossas decisões. Se, quando estabelecemos o Plano Real, foi a agricultura, se chamava de “a âncora verde”, que permitiu houvesse o controle da inflação, com todas as dificuldades que tivemos, foi a safra abundante colhida no ano passado que permitiu houvesse, efetivamente, um controle da inflação.

Agora, para que possamos, efetivamente, manter uma expansão do nosso sistema produtivo, para que as taxas de crescimento possam situar-se naquele patamar mínimo que o governo considera possível e necessário, de 4% – e friso: mínimo, apesar dos que sempre duvidam –, para que isso ocorra, precisamos continuar a ter uma produção agrícola ativa, competente e exportação crescente, tanto

de manufaturados quanto de produtos agrícolas, para que tenhamos um superávit na balança comercial que nos dê a folga necessária para que possamos ter a confiança, como temos, de que as taxas de câmbio estão atingindo patamares não prejudiciais ao crescimento da economia e, por outro lado, a redução das taxas de juros possa ser executada com firmeza, de tal maneira que possamos continuar a assistir ao investimento e ao crescimento da economia brasileira.

Quero lembrar que, nesse esforço todo, no que diz respeito ao juro para o produtor, o governo se esforçou para que houvesse uma tendência efetivamente declinante. A TJLP está, hoje, em 12% e, nos prognósticos que estão à vista de todos, divisa-se uma continuidade dessa redução da taxa de juros de longo prazo, que é a taxa que vai ser importante para definir a capacidade do setor produtivo nacional de seguir investindo. No setor agrícola, as taxas são ainda mais reduzidas. E, para setores específicos, como é o caso dos pequenos e microempresários, tanto na cidade quanto no campo, a redução se fez ainda mais sensível. Junto com isso, o governo tomou as providências necessárias – e espero que, em breves dias, complementemos essas providências – para que fosse possível voltar a dar às empresas brasileiras a condição de solvabilidade. Por isso, o Refis, que é um plano de financiamento das suas dívidas. Aí, também introduzimos as reduções necessárias nas taxas de juros e a compatibilidade entre o faturamento da empresa e o que é devido, não mais olhando a restrição do prazo, mas olhando apenas o filete de recursos que é necessário para que haja a solvabilidade da empresa e, por outro lado, para que haja também a adimplência dessa empresa e para que o Tesouro Nacional possa seguir adiante nos seus programas de transformação.

Mencionei apenas algumas dessas medidas, que são importantes e que já foram, no detalhe, algumas delas aqui apresentadas. Mas quero lhes dizer que estamos fazendo essas transformações como uma espécie de voto de confiança no país.

Nunca vou me esquecer – e aqui há alguns dos presentes que assistiram a isso – de que, em momentos bem mais difíceis, quando a nossa agricultura estava altamente endividada, quando ainda não tínhamos

a confiança que hoje temos na capacidade nacional de controlar a inflação, em uma decisão que tive que tomar pessoalmente, reduzi as taxas de juros para um nível que, naquela altura, era considerado altamente arriscado: era de 16% ao ano. O Deputado Nelson Marquze-lli assente com a cabeça, porque se lembra de que era ousado reduzir para 16%. Hoje, falamos na metade disso. E, hoje, falamos para pequenos e microempresários em uma terça parte disso.

O Brasil caminha. O Brasil avança, com firmeza, com segurança, com tranqüilidade, com harmonia entre o Executivo e o Legislativo. Agora, precisamos ter, crescentemente, a confiança dos produtores de que eles vão seguir investindo e crescendo e a tranqüilidade dos trabalhadores, dos empregados em geral, de que terão trabalho e de que terão, portanto, o sustento para suas famílias e também a tranqüilidade de saber que este é um governo que olha para o social, a educação, a saúde, a reforma agrária, a assistência social direta, e que os resultados, que são cumulativos, começam a se fazer sentir. É só olhar qualquer dado nessas áreas que mencionei para ver-se que, a despeito do esforço imenso para a produção de um superávit primário enorme, não reduzimos os recursos necessários para a manutenção e continuidade dos projetos e programas sociais fundamentais, sem os quais não haverá a diminuição e, muito menos, a erradicação da pobreza no Brasil, o que só se fará com a continuidade de programas bem desenhados, honestos e que tenham um empenho muito grande de toda a sociedade.

Pelas razões que acabo de mencionar, pelo fato de que o que fizemos com os fundos constitucionais vai permitir, efetivamente, que as regiões mais pobres do Brasil tenham um acesso melhor e mais barato ao crédito, o que é uma grande transformação, pela continuidade das instituições regionais, que estão dando sustentação a isso, pela ação do Ministério da Integração Nacional, pela ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela ação do Ministério da Agricultura, pela coordenação e integração que existe, hoje, da área econômica, seja o Ministério do Desenvolvimento, seja o Ministério da Fazenda, sejam os diversos outros órgãos, que dizem respeito à moeda e ao crédito, pelo entrosamento de tudo isso,

vamos avançar, com muita confiança. Tenho certeza de que os prognósticos que fizemos o ano passado, sobre o ano 2000, vão se completar e vamos fazer muito empenho para que eles não apenas se completem, mas que eles se superem.

Sei que sempre haverá uma demanda adicional. E, só para dar um exemplo de uma, sei que nós estamos reduzindo o preço dos implementos agrícolas, ou melhor, o financiamento, aumentando o prazo e reduzindo a taxa de juros. Sei que há rumores sobre a anulação do IPI. Eu lanço um repto: quem sabe o ICMS, também? E, aí, se os governadores se juntarem a nós, será um impulso adicional à redução e ao barateamento para a produção agrícola.

Muito obrigado.